

ANDERSON SILVA BOM
KRIZIA ÁVILA RAMIRES
ELDA REGINA PORTO FIORI
JULIO CEZAR MAGALHÃES MOREIRA
CLAUDIONOR MARTINS ALVES
AMIR TAJES PONTES



OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



SÃO PAULO | 2026

ANDERSON SILVA BOM
KRIZIA ÁVILA RAMIRES
ELDA REGINA PORTO FIORI
JULIO CEZAR MAGALHÃES MOREIRA
CLAUDIONOR MARTINS ALVES
AMIR TAJES PONTES



OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCACÃO BRASILEIRA



SÃO PAULO | 2026

1.^a edição

Autores

Anderson Silva Bom
Krizia Ávila Ramires
Elda Regina Porto Fiori
Julio Cezar Magalhães Moreira
Claudionor Martins Alves
Amir Tajes Pontes

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

ISBN 978-65-6054-293-8



Autores

Anderson Silva Bom
Krizia Ávila Ramires
Elda Regina Porto Fiori
Julio Cezar Magalhães Moreira
Claudionor Martins Alves
Amir Tajes Pontes

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

1.^a edição

SÃO PAULO
EDITORIA ARCHÉ
2026

Copyright © dos autores e das autoras.

Todos os direitos garantidos. Este é um livro publicado em acesso aberto, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que sem fins comerciais e que o trabalho original seja corretamente citado. Este trabalho está licenciado com uma Licença *Creative Commons Internacional* (CC BY- NC 4.0).



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

B735e Os efeitos da ditadura militar na educação brasileira [livro eletrônico]/
Anderson Silva Bom... [et al.]. –1. ed. – São Paulo, SP : Editora
Arché, 2026.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-65-6054-293-8

1. Ditadura militar. 2. Educação brasileira. 3. História da
educação. 4. Regime militar – Brasil. I. Bom, Anderson Silva. II.
Ramires, Krizia Ávila. III. Fiori, Elda Regina Porto. IV. Moreira, Julio
Cezar Magalhães. V. Alves, Claudionor Martins. VI. Pontes, Amir
Tajes.

CDD 370.98

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP

Telefone: +55 55(11) 5107-0941
<https://periodicorease.pro.br>
 contato@periodicorease.pro.br

1^a Edição- *Copyright*® 2026 dos autores.

Direito de edição reservado à Revista REASE.

O conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade do (s) seu(s) respectivo (s) autor (es).

As normas ortográficas, questões gramaticais, sistema de citações e referenciais bibliográficos são prerrogativas de cada autor (es).

Endereço: Av. Brigadeiro Faria de Lima n.º 1.384 — Jardim Paulistano.

CEP: 01452 002 — São Paulo — SP.

Tel.: 55(11) 5107-0941

<https://periodicorease.pro.br/rease>

contato@periodicorease.pro.br

Editora: Dra. Patrícia Ribeiro

Produção gráfica e direção de arte: Ana Cláudia Néri Bastos

Assistente de produção editorial e gráfica: Talita Tainá Pereira Batista

Projeto gráfico: Ana Cláudia Néri Bastos

Ilustrações: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Revisão: Ana Cláudia Néri Bastos e Talita Tainá Pereira Batista

Tratamento de imagens: Ana Cláudia Néri Bastos

EQUIPE DE EDITORES

EDITORA- CHEFE

Dra. Patrícia Ribeiro, Universidade de Coimbra- Portugal

CONSELHO EDITORIAL

Doutoranda Silvana Maria Aparecida Viana Santos- Facultad Interamericana de Ciências Sociais - FICS

Doutorando Alberto da Silva Franqueira-Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Me. Ubirailze Cunha Santos- Corporación Universitaria de Humanidades Y Ciencias Sociales de Chile

Doutorando Allysson Barbosa Fernandes- Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS)

Doutor. Avaetê de Lunetta e Rodrigues Guerra- Universidad del Sol do Paraguai- PY

Me. Victorino Correia Kinham- Instituto Superior Politécnico do Cuanza Sul-Angola

Me. Andrea Almeida Zamorano- SPSIG

Esp. Ana Cláudia N. Bastos- PUCRS

Dr. Alfredo Oliveira Neto, UERJ, RJ

PhD. Diogo Vianna, IEPA

Dr. José Fajardo- Fundação Getúlio Vargas

PhD. Jussara C. dos Santos, Universidade do Minho

Dra. María V. Albardonedo, Universidad Nacional del Comahue, Argentina

Dra. Uaiana Prates, Universidade de Lisboa, Portugal

Dr. José Benedito R. da Silva, UFSCar, SP

PhD. Pablo Guadarrama González, Universidad Central de Las Villas, Cuba

Dra. Maritza Montero, Universidad Central de Venezuela, Venezuela

Dra. Sandra Moitinho, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Eduardo José Santos, Universidade Federal do Ceará,

Dra. Maria do Socorro Bispo, Instituto Federal do Paraná, IFPR

Cristian Melo, MEC

Dra. Bartira B. Barros, Universidade de Aveiro-Portugal

Me. Roberto S. Maciel- UFBA

Dra. Francis de Souza, Universidade de Aveiro-Portugal

Dr. Paulo de Andrade Bittencourt – MEC

PhD. Aparecida Ribeiro, UFC

Dra. Maria de Sandes Braga, UFTM

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores se responsabilizam publicamente pelo conteúdo desta obra, garantindo que o mesmo é de autoria própria, assumindo integral responsabilidade diante de terceiros, quer de natureza moral ou patrimonial, em razão de seu conteúdo, declarando que o trabalho é original, livre de plágio acadêmico e que não infringe quaisquer direitos de propriedade intelectual de terceiros. Os autores declaram não haver qualquer interesse comercial ou irregularidade que comprometa a integridade desta obra.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Editora Arché declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art.º. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *ecommerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A educação brasileira tem passado por múltiplas transformações ao longo da história, marcadas por avanços pontuais e retrocessos significativos que, em muitos momentos, contribuíram para a estagnação do processo educacional. Inserida nesse contexto histórico, a Ditadura Militar (1964–1985) representa um período de profundas interferências políticas, ideológicas e estruturais no campo educacional, cujos reflexos ainda podem ser percebidos na contemporaneidade. Diante dessa realidade, o presente trabalho propõe-se a discutir de que forma a ditadura militar afetou a educação brasileira, buscando compreender as mudanças ocorridas nesse período, bem como os avanços e retrocessos que se sucederam ao longo do tempo.

O objetivo central da pesquisa consiste em analisar o impacto da ditadura militar sobre a educação nacional, identificando os atrasos provocados pelas políticas autoritárias, ao mesmo tempo em que se examinam as transformações implementadas e suas repercussões no cenário educacional atual. A investigação parte da compreensão de que o regime militar imprimiu à educação uma lógica centralizadora,

tecnicista e ideologicamente controlada, orientada mais pela manutenção da ordem e da moral conservadora do que pela formação crítica e emancipatória dos sujeitos. Nesse contexto, professores e estudantes foram alvo de repressão, censura e perseguições, o que comprometeu a liberdade acadêmica, o pensamento crítico e a participação democrática no ambiente escolar e universitário.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de aprofundar o entendimento acerca dos efeitos históricos da ditadura militar na educação brasileira, bem como de promover o diálogo com diferentes autores que analisam esse período sob distintas perspectivas teóricas. Ao trazer essas discussões para o meio acadêmico, busca-se contribuir para a reflexão crítica sobre os caminhos percorridos pela educação no Brasil e sobre os desafios que ainda persistem. A pesquisa fundamenta-se em uma metodologia de caráter bibliográfico, com base em autores reconhecidos e em fontes confiáveis, tais como bases de dados da CAPES, Google Acadêmico, SciELO e periódicos científicos, contemplando produções publicadas nos últimos dez anos. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, que privilegia a análise teórica e interpretativa dos efeitos da ditadura militar na educação brasileira.

Os resultados evidenciam que as transformações educacionais ocorridas durante e após o regime militar foram, em grande parte, abruptas e conduzidas por agentes distantes da realidade escolar, o que contribuiu para a fragilização da autonomia pedagógica e da participação dos profissionais da educação nos processos decisórios.

Apesar do discurso de modernização e expansão do ensino, o período foi marcado por um modelo educacional pouco democrático, no qual professores, embora diretamente envolvidos no cotidiano escolar, foram excluídos da formulação de leis, decretos e projetos educacionais, limitando-se a cumprir determinações impostas de forma verticalizada. Ademais, a desvalorização profissional, expressa em baixos salários e precárias condições de trabalho, consolidou-se como uma herança negativa desse período histórico.

Conclui-se, portanto, que a ditadura militar exerceu influência significativa sobre a educação brasileira, deixando marcas profundas que ainda repercutem nas políticas educacionais e na organização do sistema de ensino. A análise desse período revela a importância de se fortalecer uma educação democrática, participativa e comprometida com a formação crítica, na qual professores e estudantes tenham voz

ativa na construção de um projeto educacional que atenda às reais necessidades da sociedade.

RESUMO

A educação vem sofrendo várias transformações ao longo dos tempos, causando avanços e retrocessos que acabam estagnando o processo educacional. Baseado nestes fatos, a escolha deste tema se dá em aprofundar os conhecimentos, com a seguinte pergunta: “De que forma a ditadura militar afetou a educação brasileira?” também acerca das mudanças sofridas na educação. Esta pesquisa teve por objetivo compreender a ditadura militar, o retrocesso e avanços que ocorreram ao longo do tempo, identificando os atrasos provocados na educação, analisando o que mudou e como está atualmente. A escolha deste tema justifica-se em buscar maior entendimento sobre o mesmo, bem como trazer a opinião de diferentes autores, levando também esta experiência a outros acadêmicos. Neste processo de mudanças educacionais temos um impacto da ditadura, causando uma ação com repressão de alunos e professores, com uma ideologia autoritária e moralizante. Este trabalho baseia-se em uma metodologia de pesquisa bibliográfica, trazendo

autores confiáveis, que abordam sobre o tema em questão, em sites como CAPES, Google Acadêmico, SCIELO, PERIÓDICOS, dentre outros, no período de dez anos. A pesquisa é qualitativa, trazendo fundamentação teórica e analítica sobre o tema “os efeitos da Ditadura Militar na educação brasileira”. As transformações na educação foram e estão sendo muitas, ocorrendo de forma abrupta, designadas por pessoas que pouco conhecem a educação. Na verdade, a educação ainda assume um perfil muito pouco democrático, onde quem deveria ter voz, os professores, apenas recebem as Leis, decretos, projetos, dentre outros, sem ao menos poder opinar, expor suas ideias, recebendo baixos salários e desvalorização.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Os efeitos da Ditadura Militar na educação do Brasil. Avanços e retrocessos educacionais pós Ditadura Militar.

ABSTRACT

Education has undergone several transformations over time, causing advances and setbacks that ultimately stagnate the educational process. Based on these facts, the choice of this theme stems from the need to deepen knowledge, addressing the following question: "How did the military dictatorship affect Brazilian education?" and also concerning the changes experienced in education. This research aimed to understand the military dictatorship, the setbacks and advances that occurred over time, identifying the delays caused in education, analyzing what has changed and how it is currently. The choice of this theme is justified by seeking a greater understanding of it, as well as bringing the opinions of different authors, also sharing this experience with other academics. In this process of educational changes, we see the impact of the dictatorship, causing repression of students and teachers, with an authoritarian and moralizing ideology. This work is based on a bibliographic research methodology, bringing reliable authors who address the topic in question, in websites such as CAPES, Google Scholar, SCIELO, PERIODICALS, among others, over a ten-year period. This qualitative research provides a theoretical and analytical

foundation on the theme "the effects of the Military Dictatorship on Brazilian education." The transformations in education have been and continue to be numerous, occurring abruptly and dictated by people with little knowledge of education. In reality, education still has a very undemocratic profile, where those who should have a voice—the teachers—only receive laws, decrees, projects, and other documents without even being able to express their opinions or ideas, receiving low salaries and experiencing devaluation.

Keywords: Military Dictatorship. The effects of the Military Dictatorship on Brazilian education. Educational advances and setbacks after the Military Dictatorship

RESUMEN

La educación ha experimentado diversas transformaciones a lo largo del tiempo, generando avances y retrocesos que, en última instancia, estancan el proceso educativo. Con base en estos hechos, la elección de este tema surge de la necesidad de profundizar el conocimiento, abordando la siguiente pregunta: "¿Cómo afectó la dictadura militar a la educación brasileña?" y también en relación con los cambios experimentados en la educación. Esta investigación tuvo como objetivo comprender la dictadura militar, los retrocesos y avances que se produjeron a lo largo del tiempo, identificar los retrasos causados en la educación, analizar qué ha cambiado y cómo se encuentra actualmente. La elección de este tema se justifica por la búsqueda de una mayor comprensión de la misma, así como por la incorporación de las opiniones de diferentes autores y el intercambio de esta experiencia con otros académicos. En este proceso de cambios educativos, observamos el impacto de la dictadura, que provocó la represión de estudiantes y docentes, con una ideología autoritaria y moralizante. Este trabajo se basa en una metodología de investigación bibliográfica, con autores

confiables que abordan el tema en cuestión, en sitios web como CAPES, Google Académico, SCIELO, publicaciones periódicas, entre otros, durante un período de diez años. Esta investigación cualitativa proporciona una base teórica y analítica sobre el tema "Los efectos de la Dictadura Militar en la educación brasileña". Las transformaciones en la educación han sido y siguen siendo numerosas, ocurriendo de forma abrupta y dictadas por personas con poco conocimiento educativo. En realidad, la educación aún presenta un perfil muy antidemocrático, donde quienes deberían tener voz —los docentes— solo reciben leyes, decretos, proyectos y otros documentos sin siquiera poder expresar sus opiniones o ideas, recibiendo bajos salarios y sufriendo devaluación.

Palabras clave: Dictadura Militar. Los efectos de la Dictadura Militar en la educación brasileña. Avances y retrocesos educativos tras la Dictadura Militar.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO 01	31
DITADURA MILITAR	
CAPÍTULO 02	36
OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO DO BRASIL	
CAPÍTULO 03	42
AVANÇOS E RETROCESSOS EDUCACIONAIS PÓS DITADURA MILITAR	
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS.....	53
ÍNDICE REMISSIVO	57

INTRODUÇÃO

A educação vem sofrendo várias transformações ao longo dos tempos, causando avanços e retrocessos que acabam estagnando o processo educacional. Baseado nestes fatos, a escolha deste tema se dá para aprofundar os conhecimentos, com a pergunta: De que forma a ditadura militar afetou a educação brasileira? Busca discutir também acerca das mudanças sofridas na educação.

A escolha deste tema justifica-se em buscar maior entendimento sobre o mesmo, bem como trazer a opinião de diferentes autores, levando também esta experiência a outros acadêmicos. Neste processo de mudanças educacionais, temos um impacto da ditadura, causando uma ação, com repressão de alunos e professores, com uma ideologia autoritária e moralizante..

É necessário conhecer mais profundamente temas importantes, que vêm construindo um sistema, que avançou e retrocedeu ao mesmo tempo, conseguindo fazer reflexões e análises de como o tempo modificou ou não os acontecimentos. Precisamos estar engajados em ter uma visão sobre determinado tema, nos fortalecer para saber debater e também construir uma base mais sólida em nossa formação.

Em 1964, interrompe-se a democracia no Brasil, onde a educação passou a basear-se em uma ideologia do regime militar. As disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB) passam a ser obrigatórias no currículo. Com a ditadura militar, não havia liberdade de expressão, a única preocupação na educação era formar jovens trabalhadores adequados ao modelo de desenvolvimento econômico dos militares.

Neste contexto, as escolas públicas não tiveram o suporte, condições de arcar com um modelo profissionalizante imposto pela ditadura militar, o que acabou com este projeto, havendo então novas mudanças. Este cenário gerou um enfrentamento entre escolas públicas e privadas, onde quem tinha acesso eram os filhos da elite, o que gerava uma disparidade.

Na época da ditadura militar, muitos foram perseguidos pela sua liberdade de expressão, por suas ideologias, incluindo movimentos estudantis e sindicatos, na verdade um cenário de repressão e controle total de todas as manifestações contrárias às ideologias do movimento. Com a ditadura de 54, houve uma interrupção na democracia em nosso país.

A partir deste momento, o ensino médio deixa de ser um curso que prepararia jovens para o ensino superior com o objetivo de formar para o trabalho, ser profissionalizante, sem intenção ou visão de um pobre cursar

uma universidade. O que houve foi um atraso na educação, um retrocesso, um silêncio na forma de conduzir o processo educacional.

Este trabalho baseia-se em uma metodologia de pesquisa bibliográfica, trazendo autores confiáveis, que abordam sobre o tema em questão, em sites como CAPES, Google Acadêmico, SCIELO, PERIÓDICOS, dentre outros, no período de dez anos.

É por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador toma conhecimento da dimensão teórica acerca de seu tema de pesquisa; constrói a fundamentação teórica de forma segura e confiável; e elenca as conceituações necessárias que darão sustentação teórica à pesquisa que se pretende desenvolver (SILVA et al, 2021)

A pesquisa é qualitativa, trazendo fundamentação teórica e analítica sobre o tema os efeitos da Ditadura Militar na educação, que conforme Oliveira, Miranda e Saad (2020):

Na perspectiva da abordagem qualitativa se insere as chamadas revisões sistemáticas de investigações qualitativas já realizadas. São exemplos destas revisões sistemáticas, o “estado da arte”, o “estado do conhecimento” e a “metassíntese qualitativa”. Essas formas de realizar a pesquisa são consideradas como estudos de natureza bibliográfica (OLIVEIRA; MIRANDA; SAAD, 2020, p. 148).

Esta pesquisa teve por objetivo compreender a ditadura militar, o retrocesso e os avanços que ocorreram ao longo do tempo, identificando

os atrasos provocados na educação e analisando o que mudou atualmente. Além de identificar as causas e consequências da ditadura, suas intenções no setor educacional, suas finalidades e o que mudou de lá para cá, construindo assim um embasamento teórico.

**OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

**THE EFFECTS OF THE MILITARY DICTATORSHIP ON
BRAZILIAN EDUCATION**

LOS EFECTOS DE LA DICTADURA MILITAR EN LA EDUCACIÓN BRASILEÑA

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

**OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO
BRASILEIRA**

**THE EFFECTS OF THE MILITARY DICTATORSHIP ON
BRAZILIAN EDUCATION**

**LOS EFECTOS DE LA DICTADURA MILITAR EN LA
EDUCACIÓN BRASILEÑA**

CAPÍTULO 01

DITADURA MILITAR

DITADURA MILITAR

A ditadura militar no Brasil durou 21 anos, teve 5 mandatos militares e instituiu 16 atos institucionais – mecanismos legais que se sobreponham à Constituição Federal. Nesse período houve restrição à liberdade, repressão aos opositores do regime e censura (CARVALHO,2021).

Conforme Carvalho (2021) No dia 31 de março de 1964, tanques do exército foram enviados ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente Jango. Três dias depois, João Goulart partiu para o exílio no Uruguai e uma junta militar assumiu o poder do Brasil. No dia 15 de abril, o general Castello Branco toma posse, tornando-se o primeiro de cinco militares a governar o país durante esse período. Assim se inicia a ditadura militar no Brasil, que vai durar até 1985.

Refletir sobre a ditadura civil-militar no Brasil é debruçar-se sobre um período controverso, que desperta posicionamentos variados e tem como marcas inúmeras formas de materialização da violência que estão registradas na memória de seus sobreviventes, em diversos documentos e em numerosos estudos que compõem a vasta bibliografia construída ao longo dos anos, sob os olhares e perspectivas

de profissionais, testemunhas e intelectuais (COIMBRA,2020)

A Ditadura Militar no Brasil foi um regime autoritário que esteve em vigor em nosso país entre os anos de 1964 a 1985. Foi instaurada por meio de um golpe organizado tanto pelos meios militares quanto pelos civis. Esse golpe visou à derrubada do presidente João Goulart e deu início a um período de 21 anos marcado por autoritarismo, censura, tortura e execuções realizadas pelo Estado (SILVA, 2025).

Ainda conforme Silva (2025) a Ditadura Militar no Brasil foi instaurada por meio de um golpe — organizado pelos militares a partir de 31 de março de 1964 e concluído por meio do golpe parlamentar, em 2 de abril de 1964. Esse golpe, orquestrado não só por militares, mas também pelo grande empresariado do Brasil, com o apoio dos Estados Unidos, visava à derrubada de João Goulart e do projeto trabalhista — um projeto político voltado para o desenvolvimentismo e para a promoção de bem-estar social.

De acordo com Junior (2025) os governos militares foram o período de vigência da Ditadura Militar no Brasil. Por mais de 20 anos, somente membros das Forças Armadas, eleitos de forma indireta, presidiram o Brasil. Esses governos foram:

- Governo Castelo Branco (1964-1967);
- Governo Costa e Silva (1967-1969);
- Governo Médici (1969-1974);
- Governo Geisel (1974-1979);
- Governo Figueiredo (1979-1985).

No início da década de 1960, o Brasil enfrentava uma crise política que se agravou em 25 de agosto de 1961, quando o presidente da República, Jânio Quadros, renunciou ao cargo pouco mais de sete meses após sua posse. João Goulart, ex-ministro de Getúlio Vargas, assumiu a presidência, gerando descontentamento em diversos setores da sociedade, entre eles os militares, grandes latifundiários, industriais, banqueiros e setores conservadores da Igreja Católica. Vale lembrar que o mundo vivia o auge da Guerra Fria e João Goulart era considerado alinhado à União Soviética por esses grupos (JUNIOR, 2025).

O Golpe Militar de 1964 representou uma interrupção na democracia, desde que o Brasil adotou o presidencialismo, quando proclamou-se a República em 1889. O regime militar durou 21 anos, sendo marcado pela tortura e morte aos opositores, censura à imprensa e aos artistas contestadores e restrição de direitos políticos. “A ditadura militar,

desde 64 até 85, viveu mais de 20 anos de uma suspensão dos diversos direitos que compõem aquilo que chamamos de estado democrático de direito” (ALVES e ALVES,2024).

Um dos antecedentes para esse período foi a eleição e renúncia de Jânio Quadros, ambas no ano de 1961. O vice João Goulart (Jango) assumiu a presidência, ambos pertencentes a partidos políticos opositos e que propunham projetos diferentes para o país. Jango estava em viagem diplomática na China, sob acusações de ligação com países comunistas. Dessa forma, a aceitação da posse dele seria recusada e também havia um plano para prender Jango quando voltasse ao Brasil. Diante desse cenário, Leonel Brizola deu início à Campanha da Legalidade, que buscava garantir a posse de João Goulart. Para solucionar o impasse, a posse de Jango foi aceita em um regime parlamentarista, no qual o presidente tem poderes reduzidos (ALVES e ALVES, 2024).

CAPÍTULO 02

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO DO BRASIL

Durante a ditadura, dentro de universidades, foram instalados sistemas de vigilância e espionagem contra docentes, estudantes e técnico-administrativos. Essa vigilância resultou em prisões, mortes, desaparecimentos, privação de trabalho, proibição de matrículas e interrupção de pesquisas acadêmicas (ANDES,2019).

Conforme Andes (2019) não bastassem as violações de direitos humanos, também começaram a ser impostas as bases de um projeto de sociedade. As mudanças, tanto econômicas quanto sociais, não poderiam deixar de lado a educação. Além da repressão à organização política da comunidade acadêmica, impôs-se um projeto de educação de acordo com os interesses dos financiadores do regime.

Em 31 de março de 1964, quando iniciada pelo Golpe Militar, a ditadura era herdeira da disputa permanente entre público e privado no campo da política educacional, ou seja, a emblemática luta entre aqueles que defendiam a educação como um campo de atuação a ser desenvolvido predominantemente pelo setor privado e aqueles que compreendiam que esta é uma área de atuação, senão exclusiva, pelo menos predominantemente do

Estado e, portanto, a atuação privada, se existente, só poderia ocorrer mediante concessão, avaliação e acompanhamento do poder público (SOUZA e TAVARES, 2014).

Em regimes doutrinários, como o instaurado entre os anos de 1964 a 1985, é típico do movimento tentar mudar a ideologia vigente, e a educação nesse sentido, como espaço de educação formal e objeto social para atender às suas necessidades, teve como finalidade ser usada como objeto para a doutrinação (REBECCHI, 2025)

Várias foram as reformas nos diferentes níveis no âmbito educacional brasileiro, nesse sentido as políticas implementadas não foram orgânicas, e modificaram o ensino de 1º grau e 2º grau, assim como os programas e projetos educacionais diversos no respectivo nível (REBECCHI, 2025).

Uma coisa a ser destacada diz respeito ao reconhecimento de que a educação, para a ditadura militar, não era apenas uma área de atuação na qual e para a qual era preciso dar resposta, para evitar dissabores ou pressões desnecessárias. Havia um projeto educacional em construção, logo após a fase conturbada do início da ditadura, o qual tinha um papel importante em um projeto mais amplo de poder que os militares tinham

para o país, conforme estruturado teórica e oficialmente pela Escola Superior de Guerra: defesa da integridade e segurança nacional, paz social, preservação da democracia e afirmação da soberania nacional (CLARK et al, 2006, p. 126).

A ideia de valorização do planejamento como peça central na gestão da educação do país tem relação direta com a questão dos investimentos e aumento da produtividade; portanto, há um componente econômico importante nesta questão (SAVIANI, 2008).

A lei 5.692/1971 ainda fazia indicações quanto à gestão dos sistemas de ensino. A legislação aponta um conjunto de regras e procedimentos para o financiamento da educação, assim como elementos que parametrizam a organização burocrática geral. Mas, no que tange ao planejamento da educação, a lei determina, no artigo 53 que o governo federal “estabelecerá e executará planos nacionais de educação que, [...], abrangerão os programas de iniciativa própria e os de concessão de auxílios” (BRASIL, 1971).

A ideia de articulação do planejamento educacional com o Plano Nacional de Desenvolvimento não é equivocada; os problemas residiam, entretanto, em três frentes: a) não havia qualquer diálogo com a sociedade

ou, mesmo, com os educadores, sobre os problemas educacionais do país, ou seja, o planejamento era uma operação técnica feita por administradores e economistas; b) o planejamento estava vinculado estritamente à política de governo, não se convertendo em um planejamento para o Estado brasileiro e c) o foco do planejamento era economicista, sem maiores reflexões sobre as causas e consequências dos problemas educacionais (SOUZA e TAVARES, 2014).

No início da década de 1960, formou-se na Escola Superior de Guerra uma corrente de pensamento que defendia a inclusão dos valores morais e espirituais entre os Objetivos Nacionais Permanentes. O líder dessa corrente foi o general Moacir Araújo Lopes, que veio a ser um dos próceres da Educação Moral e Cívica, chegando a presidente da comissão correspondente do Ministério da Educação (CUNHA, 2014).

A ideia subjacente era a de que se impunha “enfrentar o desafio maior do século, em que as nossas mais caras tradições democráticas e cristãs se veem ameaçadas pelo materialismo marxista”. Em consequência, a “infiltração comunista” foi responsabilizada pela “queda nos padrões de comportamento social”, a qual deveria ser combatida pelo ensino da Moral e do Civismo. Essa ideia gerou outra, após o golpe de Estado: a de que o

“saneamento moral da sociedade” constituiria uma condição indispensável para o desenvolvimento (ARRUDA, 1980, p. 158)

Essa disciplina seria ministrada em todos os níveis de ensino, inclusive na pós-graduação, sendo que no ensino superior ela se apresentaria na forma dos Estudos de Problemas Brasileiros. Os programas, para todos os níveis, seriam elaborados pelo Conselho Federal de Educação, com a colaboração da Comissão Nacional de Moral e Civismo (CNMC), com seis membros nomeados pelo presidente da República, “dentre pessoas dedicadas à causa” (CUNHA, 2010)

CAPÍTULO 03

AVANÇOS E RETROCESSOS EDUCACIONAIS PÓS DITADURA MILITAR

AVANÇOS E RETROCESSOS EDUCACIONAIS PÓS DITADURA MILITAR

Para os militares de 64, era essencial que o sistema de ensino convergisse com as necessidades do momento: o desenvolvimento capitalista. Para qualificar tecnicamente a mão de obra, foram ampliadas as vagas nas escolas públicas para universalizar o ensino de 1º grau (equivalente ao atual Ensino Fundamental). Era necessário que os trabalhadores fossem minimamente letrados, com noções básicas de operações matemáticas (GALASSI, 2024).

Conforme Galassi (2024) a educação, dessa forma, não seria mais uma ferramenta de formação do pensamento crítico, de emancipação, mas um equipamento do Estado para depositar nos estudantes as coordenadas de um “cidadão de bem”, passivo ao sistema e obediente às hierarquias.

Após a ditadura ser encerrada, o país deu outro rumo ao planejamento educacional. Aquela ideia de vínculo com a perspectiva do governo de plantão foi, pelo menos, parcialmente superada e entrou na pauta, para o planejamento, os grandes desafios da educação brasileira, conhecidos e reconhecidos pela sociedade e, por outro lado, houve um chamamento a algum grau de participação desta sociedade organizada na

definição das diretrizes amplas para a política educacional (SOUZA e TAVARES, 2014).

O campo dos profissionais da educação veio, desde o final da década de 1970, lutando para superar os limites da política educacional da Ditadura Militar com a mobilização da ANPED (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), fundada em 1977; do CEDES (Centro de Estudos Educação e Sociedade), cuja fundação foi articulada em 1978 e formalizada em março de 1979; da ANDE (Associação Nacional de Educação), fundada em 1979; da CPB (Confederação dos Professores do Brasil), constituída em 1979 a partir da CPPB (Confederação dos Professores Primários do Brasil), criada em 1960; da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação), na qual se transformou a CPB em 1989; da ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), criada em 1981; além da FASUBRA (Federação das Associações de Servidores das Universidades Públicas), criada em 1978 (SAVIANI, 2018)

Seguindo nessa linha de procurar intervir na formulação da política educacional, os educadores chegaram a apresentar um projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, antecipando-se ao governo,

foi protocolado na Câmara dos Deputados sob número 1.158-A/88 em dezembro de 1988 embora, ao final, tenha sido derrotado pela interferência do governo FHC no Senado (SAVIANI, 2018).

Ainda conforme Saviani (2018) a forte mobilização dos educadores no final dos anos de 1970 e nos anos 1980 não logrou, porém, converter suas propostas em política educacional no âmbito governamental. A chamada Nova República presidida por José Sarney com a instalação de um governo civil, em 1985, nas eleições do Colégio Eleitoral, caracterizou-se pelo democratismo, indefinições e ambiguidades.

O primeiro mandato de Dilma se encerrou no final de 2014 com o novo Plano Nacional de Educação já aprovado pela Lei n. 13.005, de 25 de junho do mesmo ano. E a reeleição da presidente obtida nas eleições de outubro permitia manter a expectativa de continuidade da política educacional então em curso. No entanto, exatamente quando se alimentou a esperança de algum avanço mais significativo com a aprovação do novo PNE, que finalmente incorporou a meta de 10% do PIB para a educação, reivindicada desde a década de 1980 por ocasião da Constituinte, e com a destinação de parcela considerável dos recursos do pré-sal para a educação, sobreveio o golpe e estamos diante de um retrocesso não de anos, mas de

décadas, incidindo sobre vários aspectos a começar pelo próprio Plano Nacional de Educação que, com a instalação do governo ilegítimo, antipopular e antinacional, resultou totalmente inviabilizado.(SAVIANI, 2018)

Mais de seis décadas depois, a educação pública continua sendo disputada por frentes reacionárias. Os objetivos são basicamente os mesmos: formação da mão de obra adequada ao atual modelo de desenvolvimento e a formatação de uma sociedade obediente e submissa (GALASSI, 2024).

Na verdade, o que fica é a estagnação de um sistema educacional, sem uma visão mais ampla e organizada que busque de fato o significado de um espaço escolar, de uma educação de qualidade. Em contrapartida, temos um sistema que visa apenas seguir regras, normativas, leis, decretos infundados, sem uma perspectiva de mudanças significativas, sem ouvir o professor, que é o ponto crucial de todo o sistema educacional.

CONCLUSÃO

CONCLUSÃO

As transformações na educação foram e estão sendo muitas, ocorrendo abruptamente, designadas por pessoas que pouco conhecem de educação. Na verdade, a educação ainda assume um perfil muito pouco democrático, onde quem deveria ter voz, são os mais esquecidos, a qual são os professores. A estes contempla apenas a parte das leis, decretos, projetos, dentre outros, que devem obedecer. Não têm voz de fala, não podem opinar ou expor suas ideias. Como se não bastasse, ainda recebem baixos salários e muita desvalorização.

A ditadura militar ocorreu por um período, mas ainda permanecem muitos estigmas de imposição, controlando fortemente o trabalho do professor. A escola não tem autonomia, tudo é regido por pessoas de fora, que não conhecem a realidade de um espaço escolar. Muitas regras e normas que sobrecarregam o trabalho do professor.

Hoje, mais do que nunca, o professor está sofrendo a desvalorização, a falta de respeito dos pais, que estão colocando na escola a responsabilidade de educar seus filhos. A discriminação, a desigualdade e a falta de oportunidades ainda permanecem, embora haja oportunidade de jovens frequentarem uma universidade. Após concluir-la, falta emprego

para sua área de formação.

As vozes são silenciadas, ficando obscuras às adversidades enfrentadas por uma educação sem qualidade, na qual o currículo desenvolvido não atende de fato à realidade da atualidade, apenas conclui um ensino desenfreado, sem fundamentação, apenas cumprindo com regras e imposições.

Ajustes, desajustes educacionais, na verdade, acabam por estagnar o processo educacional, com falta de infraestrutura, inclusão que não ocorre de fato, dentre tantos fatores. A ditadura determinou que gestores fossem nomeados pelo governo, por meio de indicação, levando a pensar que estes nomeados seguiriam às ordens e pensamentos do governo.

Atualmente, há eleições para gestores escolares, porém os mesmos não têm autonomia, há um seguimento de ideia, currículos, formas de conduzir um sistema educacional engessado, com regras, normas determinadas por um determinado órgão, tornando os espaços escolares idênticos, sem progresso.

A escola de fato precisa ser um espaço de reflexões, de críticas, de construir cidadãos pensantes, buscando desenvolver o conhecimento de si

mesmo e do mundo que o cerca. Porém, tudo é muito limitado, construindo-se apenas o essencial para viver.

Muitos fatores foram desestruturando o âmbito educacional, e uma visão que temos é de que hoje, devido a muitas leis como o ECA, por exemplo, que não é bem interpretada. Pais e professores não têm mais respeito, tudo é abusivo, até mesmo um ato simples de chamar a atenção de um aluno, algumas vezes gera revolta dos pais que se impõem contra a escola.

Hoje, mais do que nunca, e em comunhão com o que foi passado na ditadura militar, o sistema educacional sofre o descaso, a pressão e o desrespeito com os professores. Com isso, cada dia menos pessoas querem seguir a carreira de professor e muitos que estão atuando pensam em mudar de área de atuação e largar a educação. São vários os casos de professores com a saúde mental abalada por conta do trabalho em sala de aula.

A ditadura não queria formar cidadãos conscientes, mas apenas mão de obra barata condizente com o propósito do governo. Hoje vemos um cenário parecido, um ensino com pouca qualidade, alunos fracos, semianalfabetos, porém avançando de ano. Consequentemente inaptos a concorrer a uma profissionalização, apenas detentores de um diploma, que

não lhes garantirá um futuro digno.

A ditadura militar, que proibia o pensamento diferente e diverso daqueles que ocupavam o poder e que queriam impor a todas as pessoas, foi muito ruim para a educação de uma forma geral. Precarizou muito o ensino e as escolas brasileiras, com falta de investimento público na área, além de ter desvalorizado os educadores e as educadoras em nosso país, com a ausência absoluta de qualquer política de valorização profissional, salarial e de condições de trabalho (ARAÚJO, 2025).

Esta citação traz exatamente o que está acontecendo atualmente no setor educacional: precarização do ensino, falta de investimento, desvalorização dos professores e baixos salários. Isso nos faz voltar no tempo e analisar que a educação precisa ser repensada, reestruturada, mas tendo como foco principal o professor, a sua fala, as suas ideias, por ser ele quem sabe de fato como e o que deve ser feito para que mudanças positivas aconteçam.

Diante disso, conclui-se que compreender o impacto da ditadura militar na educação é fundamental para reconhecer que muitos dos desafios atuais não surgiram isoladamente, mas são reflexos de um passado marcado por censura, controle ideológico e desvalorização das práticas

pedagógicas. O período pós-ditadura trouxe avanços importantes, porém ainda insuficientes para romper totalmente com a lógica autoritária que diminuiu a autonomia docente e precarizou as condições de ensino. Assim, reafirma-se a necessidade urgente de políticas públicas que fortaleçam a escola, garantam investimento contínuo e coloquem o professor no centro das decisões educacionais. Somente a partir desse compromisso coletivo será possível construir uma educação verdadeiramente democrática, crítica e transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Alan, ALVES, caio. 60 anos do Golpe Militar de 1964: uma reflexão necessária sobre democracia e direitos. Disponível em:<<https://comunica.ufu.br/noticias/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-de-1964-uma-reflexao-necessaria-sobre-democracia-e>> Acesso em: 26/10/2025.

ANDES. Sindicato Nacional. Ditadura empresarial-militar teve grande impacto na educação brasileira. Disponível em:<<https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/ditadura-empresarial-militar-teve-grande-impacto-na-educacao-brasileira1>> Acesso em: 29/10/2025.

ARAÚJO, Héleno. O regime militar brasileiro e os ataques à educação pública. Disponível em:<<https://cnte.org.br/noticias/o-regime-militar-brasileiro-e-os-ataques-a-educacao-publica-10f4>> Acesso em: 02/12/2025.

ARRUDA, A. ESG: História de sua doutrina. São Paulo: GRD; Brasília, DF: INL-MEC, 1980.

CARVALHO, Talita. Ditadura Militar no Brasil. Disponível em:<<https://www.politize.com.br/ditadura-militar-no-brasil/>> Acesso em: 04/12/2025.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em estudo*, v. 5, n. 2, p. 1 –22, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/yTsV8g8BbVZgPGFYsfkpCTH/?format=pd&lang=pt>. Acesso em: 12 de jul. 2024.

CUNHA, L.A. Ambiguidade ideológica na Universidade: os estudos de problemas brasileiros. *Revista do CFCH*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 10-33, jun. 2010.

CUNHA, Luiz Antônio. O legado da ditadura para a educação brasileira. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 35, n. 127, p. 357-377, abr.-jun. 2014

GALASSI, Vanessa. 60 anos depois do golpe militar, educação pública ainda é alvo do autoritarismo. Disponível em:<<https://www.sinprodf.org.br/60-anos-depois-do-golpe-militar-educacao-publica-ainda-e-alvo-do-autoritarismo/>> Acesso em: 25/10/2025.

JUNIOR, Jair Messias Ferreira. "Governos militares"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/governos-militares.htm>. Acesso em 09 de dezembro de 2025.

OLIVEIRA, G. S.; MIRANDA, M. I.; CORDEIRO, E. M.; SAAD, N. S. Metassíntese: uma modalidade de pesquisa qualitativa. In: *Cadernos da Fucamp*, UNIFUCAMP, v.19, n.42, p.145-156, Monte Carmelo, MG, 2020.

SAVIANI,Dermeval. Política educacional no brasil após a ditadura militar. Rev. HISTEDBR On-line, Campinas, v.18, n.2 [76], p.291-304, abr./jun. 2018

SILVA; Michele Maria da, OLIVEIRA, Guilherme Saramago de, SILVA, Glênio Oliveira da A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. Revista Prisma, , Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

SILVA, Daniel Neves. " Ditadura Militar no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/historiab/ditadura-militar.htm>. Acesso em 02 de novembro de 2025.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Taís Moura . A gestão educacional no Brasil: os legados da ditadura. RBPAE - v. 30, n. 2, p. 269-285, mai./ago. 2014

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abalada, 50

Adequada, 46

Administrativos, 37

Ambiguidades, 45

Ameaçadas, 40

Antinacional, 46

Aprovado, 45

Arcar, 21

Armadas, 33

Assume, 14

Atuação, 38

Autonomia, 49

Autoritária, 52

B

Baixos, 51

Branco, 32, 34

Brasil, 14, 21, 32, 33

Brasileira, 11

Burocrática, 39

Busca, 10

C

Capes, 22

Castelo, 34

Causa, 41

Civis, 33

Compreender, 22, 51	Cpb, 44
Compromisso, 52	Criada, 44
Comunistas, 35	D
Concluído, 33	Decretos, 46
Condições, 52	Dedicadas, 41
Conhecidos, 43	Democracia, 21
Consequência, 40	Democrática, 10, 52
Consequências, 23	Democrático, 11, 35
Considerável, 45	Democratismo, 45
Constituída, 44	Desenvolvimentismo, 33
Contestadores, 34	Desenvolvimento, 41
Controle, 21	Designadas, 48
Controverso, 32	Destacada, 38
Conturbada, 38	Desvalorização, 14, 48, 51
Costa, 34	Detentores, 50

- Determinado, 49

Dilma, 45

Disciplinas, 21

Ditadura, 21, 23, 32, 52

Ditadura, 14

Diversos, 34, 35

Doutrinação, 38

E

Educação, 9, 10, 11, 14, 21, 37, 39, 45, 46, 48, 51

Educacionais, 14, 38, 40, 52

Educacional, 12, 13, 50

Educadoras, 51

Efeitos, 14

Eleições, 49

Embasamento, 23

Enfrentamento, 21

Ensino, 39

Entre, 33

Enviados, 32

Escola, 40

Escolares, 49

Escolas, 21

Espaço, 46

Expressão, 21

F

Figueiredo, 34

Formulação, 11

Fundação, 44

Fundamentação, 22

Fundamental, 51

G

Garantirá, 51

Geisel, 34

Gerando, 34

Golpe, 40

Google, 22

Governamental, 45

Governos, 33

Grande, 33

Grandes, 43

H

Herança, 11

Herdeira, 37

Humanizado, 37, 46

I

Idênticos, 49

Identificar, 23

Ideologia, 38

Implementadas, 38

Importância, 11

Imposição, 48

Impostas, 37

Imposto, 21

Impunha, 40

Inaptos, 50

Indicações, 39

Insuficientes, 52

Intenções, 23

Interpretada, 50

Investimento, 51, 52	Militar, 10, 32, 51
J	Militar, 14
Jango, 35	Ministrada, 41
L	Momentos, 9
Líder, 40	Movimento, 38
Ligaçāo, 35	N
Longo, 23	Nacional, 44
Lutando, 44	Necessidade, 10
M	Necessidades, 12, 43
Mandatos, 32	O
Marcadas, 9	Obedecer, 48
Marcado, 11, 34, 51	Opostos, 35
Médici, 34	Organizaçāo, 21
Memória, 32	Organizada, 46
Metodologia, 22	Organizado, 33

Ouvir, 46	Prender, 35
P	Preservação, 39
Parcialmente, 43	Presidente, 35
Parlamentarista, 35	Prisões, 37
Passado, 51	Procedimentos, 39
Pensamento, 40, 43	Professor, 50
Periódicos, 22	Professores, 11, 14, 48, 50
Período, 48	Profissionais, 33
Pertencentes, 35	Profissional, 51
Pesquisador, 22	Progresso, 49
Políticas, 52	Proibição, 37
Pontuais, 9	Projeto, 38
Positivas, 51	Promover, 10
Precarização, 51	Próprio, 46
Preciso, 38	

Q

Quadros, 34

Qualidade, 50

Qualquer, 51

R

Recebendo, 14

Reduzidos, 35

Reestruturada, 51

Regime, 34

Registradas, 32

Regras, 49

Renúncia, 35

Retrocesso, 45

Retrocessos, 14

S

Salários, 51

Scielo, 22

Seguimento, 49

Silva, 34

Sindicatos, 21

Sistema, 11, 46

Soberania, 39

Sobrepuham, 32

Sobreviventes, 32

Sociais, 37

Sociedade, 12, 34, 37

Submissa, 46

Superior, 21

Superior, 39

Sustentação, 22	Transformações, 11, 13, 48
T	Transformadora, 52
Tema, 22	Transformou, 44
Tempo, 9	U
Tempos, 13	Universdade, 22
Teórico, 23	Universidades, 37
Tortura, 33	V
Trabalhista, 33	Valorização, 39
Trabalho, 50	Verticalizada, 11

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Revista REASE chancelada pela Editora Arché.
São Paulo- SP.
Telefone: +55(11) 5107- 0941
<https://periodicorease.pro.br>
contato@periodicorease.pro.br

OS EFEITOS DA DITADURA MILITAR NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

